

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.458 - GO (2019/0303354-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : RAFAEL DOMINGUES MUNHOZ**  
**ADVOGADO : RAFAEL DOMINGUES MUNHOZ - GO053220**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : J M DOS S (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

## DECISÃO

**J. M. DOS S.** alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão proferida por Juiz Substituto em 2º Grau do **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**, que indeferiu a liminar no HC n. 5557287-48.

Da análise dos autos, observo que a inicial do *writ* não veio acompanhada de **cópia do ato de decretação da custódia preventiva do réu e do indeferimento da concessão de prisão domiciliar**, o que inviabiliza o exame do constrangimento ilegal suscitado na impetração – substituição da cautela extrema por recolhimento domiciliar em razão do quadro de saúde do paciente.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípuo afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído –, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga a peça faltante, o pedido seja reconsiderado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**